

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: GranBio vira fornecedora de tecnologia.....	2
Título: O Brasil e o imposto sobre os combustíveis	4
Título: TST vê greve de petroleiros como ilegal	6
Título: Neoenergia tem lucro recorde de R\$ 2,2 bi após IPO	7
Título: Destaques.....	10
Título: Curtas	10
Título: Cosan vê 2020 “muito bom” para Raízen Combustíveis	11
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	13
Título: PAINEL: Camila Mattoso	13
Título: Manchete: Greve de petroleiros atrai oposição e caminhoneiros	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Greve dos petroleiros é ilegal e abusiva, diz TST	17
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Eloi Fernández Y Fernández: Para desenvolver o mercado de gás natural	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/02/2020**Seção:** Agronegócios**Autor:** Camila Souza Ramos e Ivo Ribeiro**Título:** GranBio vira fornecedora de tecnologia

Paulo Nigro passa a presidente da companhia nessa nova fase

Depois de um ciclo de sete anos em que buscou inventar e reinventar formas de transformar biomassa em fonte de carbono segura alternativa ao petróleo, a GranBio, da família Gradin, dá início nesta semana a um novo capítulo de sua história. A companhia passa a ser presidida por um executivo de fora da família controladora - Paulo Nigro, que passou a fazer parte do conselho de administração em novembro - e tentará se consolidar como uma fornecedora de tecnologia industrial para processos de conversão de biomassa.

Nigro, que liderou por 25 anos a Tetra Pak na América Latina e nas Américas, e por quatro anos a Aché Laboratórios no Brasil, terá a tarefa de garantir retorno a uma empresa que se tornou famosa pelo pioneirismo em etanol celulósico, mas que agora terá como principal atividade o fornecimento de tecnologias a indústrias que queiram produzir bioquímicos e biocombustíveis a partir de biomassas como madeira, palha e outros resíduos do campo. A GranBio ainda não divulgou o balanço de 2019, mas em 2018 faturou R\$ 24 milhões, teve lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 18 milhões e acumulava prejuízos desde foi criada de R\$ 456 milhões.

As mudanças vêm num momento em que a GranBio se prepara para listar ações na B3, onde entrará no segmento Bovespa Mais, e considera abrir seu capital no Brasil ou no exterior. A iniciativa deve ser uma porta de saída para a BNDESPar, que tem 15% de participação na companhia e já revelou sua intenção de se desfazer da fatia. O primeiro passo para a listagem será hoje, quando os acionistas se reúnem para ratificar a decisão.

Criada em 2013 para fabricar etanol de resíduos dos canaviais (bagaço e palha), a GranBio acabou desenvolvendo e patenteando tecnologias para superar as travas que surgiram no processo, o que a transformou na detentora de conhecimentos únicos para quebra e transformação de biomassa. É esse “capital” que é considerado pelos acionistas como um bom chamariz para os investidores.

Ao **Valor**, Nigro disse que entra na GranBio em um momento particular não apenas pela metamorfose pela qual passa a companhia, mas também pelo contexto corporativo, em que grandes grupos - como a gestora BlackRock e a petroleira BP - anunciam compromissos de descarbonização. Esse discurso de que há uma “virada sustentável” no circuito empresarial pode, enfim, materializar a demanda por energias alternativas que a GranBio busca atender.

O que dá mais segurança ao novo modelo de negócio são as políticas de descarbonização em curso, ressaltou o sócio da companhia, Bernardo Gradin - sobretudo na Europa, que recém-anunciou a meta de ser neutra em carbono até 2050. Segundo o empresário, a perspectiva é que o continente construa 40 fábricas de conversão de biomassa até 2030 para atender suas metas de emissões.

É certo que a nova aposta guarda algum grau de incerteza, sobretudo por causa das várias rotas que a descarbonização da economia pode seguir, mas Gradin acredita que tem pela frente um chão mais firme do que há sete anos, quando iniciou o projeto de etanol celulósico. “O mercado está começando a determinar uma demanda sem ter a solução. E somos uma empresa que há sete anos constrói uma solução para um mercado que ainda não existia.”

Desde que adquiriu no ano passado as tecnologias e ativos da American Process - na qual tinha inicialmente 25% de participação -, a GranBio passou a deter uma gama de 200 patentes industriais capazes de superar entraves como os vividos por sua planta em São Miguel dos Campos (AL), a Bioflex.

Entre as tecnologias patenteadas estão equipamentos e processos para homogeneizar a biomassa e de controle de pressão. Quando começar a licenciar as patentes, a GranBio cobrará royalties proporcionais aos ganhos de produtividade nas fábricas usuárias.

A unidade de Alagoas continua em operação, mas os planos de replicá-la foram descartados. “A Bioflex passa a ser uma planta mais demonstrativa”, afirmou Gradin. Em 2019, a planta operou mais com queima de bagaço para cogerar energia e, recentemente, bateu recorde diário de produção de etanol celulósico, com mais de 100 mil litros em 24 horas. Até 2021, a companhia investirá R\$ 30 milhões para retirar gargalos da indústria.

A principal unidade da GranBio passa a ser agora a de Atlanta, de sua subsidiária GranBio Tech. É lá que a companhia testa e desenvolve

processos de quebra da biomassa para obter sua nanocelulose que, diferentemente da de outras indústrias, não absorve água. O produto tem diversos usos e pode substituir, por exemplo, sílica e negro de fumo em pneus, ou mesmo a celulose em papelões. Já foram testados mais de 27 tipos de biomassa, incluindo 15 de madeira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes

Título: O Brasil e o imposto sobre os combustíveis

Greve dos petroleiros é o motivo mais recente de preocupação na área de energia no país.

A greve dos petroleiros chegou ontem ao 17º dia com novas adesões. No começo da noite, porém, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, declarou a greve ilegal. Uma vez conhecido o despacho, os sindicalistas se reuniram para avaliar os rumos do movimento, sem decisão até a conclusão desta edição. Pela manhã, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, reiterou que não havia impactos na produção e no abastecimento.

Ele descartou que a continuidade da greve possa levar ao aumento dos preços dos derivados. Afirmou que em uma eventual hipótese de redução da oferta nacional, o que não está previsto, e do aumento da importação os preços nas refinarias da Petrobras seguiriam a paridade com o mercado internacional e a variação do câmbio, como acontece hoje, e concluiu: “Não há expectativa de qualquer impacto em preço”. Na semana passada, em ofício ao TST, Oddone havia alertado para o risco de a greve levar ao desabastecimento caso perdurasse por mais tempo.

A greve dos petroleiros tornou-se motivo de preocupação da ANP, que regula o setor de combustíveis no país, sujeito, desde o começo do ano, a alguns solavancos. Nos primeiros dias de janeiro, a crise entre Estados Unidos e Irã, motivada pela morte do general Qasem Soleimani, provocou incertezas sobre possível disparada nos preços do petróleo. Depois, o mundo tomou conhecimento da epidemia de coronavírus na China e os preços da commodity recuaram. Nesse período, a Petrobras fez quatro

reajustes nas refinarias, mas a queda nos preços não chegou até as bombas dos postos.

No começo de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro estrilou: “Estou aqui fazendo papel de otário. Quando é que vai baixar na bomba para o consumidor?.” Ele desafiou os governadores a zerar o ICMS sobre os combustíveis dizendo que faria o mesmo com os tributos federais. Houve reação negativa dos governadores, uma vez que o ICMS sobre os combustíveis é a principal fonte de receita de muitos Estados às voltas com a crise fiscal (no Rio, representa 12,7% da arrecadação).

Embora tenha errado na forma sugerindo algo impossível de se fazer (zerar os tributos), Bolsonaro acertou ao levantar um tema importante: o peso dos impostos sobre o preço dos combustíveis. Coube ao ministro Paulo Guedes acrescentar, dias depois, que a questão será tratada na reforma tributária. Oddone costuma dizer que os preços dos combustíveis são formados por três variáveis: a commodity, a margem de distribuição e de revenda, incluindo custos logísticos, e os impostos (*ver tabela*). A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) inclui um quarto elemento: a adição de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente.

Oddone disse que a solução para o problema dos combustíveis no Brasil passa por ter competição na commodity e na distribuição e por enfrentar a questão tributária com “inteligência”. Na commodity, a Petrobras passou a seguir os preços internacionais. A petroleira usa dados da GlobalPetrolPrices para demonstrar que os preços da gasolina e do diesel no Brasil estão abaixo da média mundial. No diesel, entre 163 países pesquisados, o Brasil ocupa a 58ª posição (105 países possuem preços mais elevados). Na gasolina, o Brasil está na 80ª posição (outros 83 países têm preços mais altos).

Na distribuição, Oddone defende o fim de restrições, como a proibição da venda direta de combustível da refinaria para os postos. Essa proibição não faz sentido pois os volumes de venda direta não seriam relevantes, disse. A proposta enfrenta resistência das distribuidoras. Para o consultor Adriano Pires, a venda direta de combustível causaria insegurança no abastecimento, provocaria perda de qualidade do produto e estimularia a sonegação. “Defendo uma maior competição na distribuição de combustíveis”, rebateu Oddone.

Tanto ele como importadores e distribuidores estão de acordo em um ponto: seria melhor que o ICMS fosse cobrado na forma de um valor fixo em reais por litro, em vez de um percentual sobre o preço do produto na bomba, como é hoje. Essa fórmula garantiria estabilidade na arrecadação e não seria fator de volatilidade no preço final, disse Oddone. Outro problema, afirmou, está na diferença do ICMS cobrado pelos Estados, o que seria “convite” à sonegação.

O secretário da Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, disse que não há possibilidade de o Brasil ter alíquota única de ICMS porque cada Estado tem uma realidade. Ele mostrou-se cético sobre eventual mudança na sistemática de cálculo do imposto. Lembrou que na crise do Irã, em janeiro, o Rio manteve inalterada a base de cálculo sobre os combustíveis e, mesmo assim, o preço subiu na bomba. “O fato de a refinaria reduzir seu preço de venda para a distribuidora não significa que o preço vai cair na bomba porque os elos intermediários podem se apropriar da margem.” Para ele, a tributação sobre os combustíveis tem que ser tratada na reforma tributária como um todo, e não separadamente. Adriano Pires acredita que o governo seria favorável, na reforma, à redução de impostos sobre a gasolina e o diesel. Para ele, porém, o imposto sobre o combustível não pode seguir o padrão europeu, mais alto como forma de atender exigências ambientais, nem a tributação dos Estados Unidos, mais baixa do que a praticada no Brasil. “Para onde queremos ir? É uma opção de país”, questiona.

Francisco Góes é chefe da redação no Rio. E-mail: francisco.goes@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: TST vê greve de petroleiros como ilegal

Ministro vê motivação política em paralisação e determina multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho publicou despacho em que define a greve dos petroleiros como ilegal. Na decisão, em que classifica o movimento como de “motivação política”, o ministro determinou multa diária de R\$ 250 mil a R\$

500 mil, além do bloqueio de contas e retenção de repasse de mensalidades associativas.

A decisão de Ives Gandra ocorre cinco dias depois de o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, ter cassado decisão da Seção Especializada de Dissídios Coletivos (SDC) do TST que afastava a possibilidade de suspensão da greve por decisão monocrática.

Com isso, o ministro-relator do processo no TST, Ives Gandra, reconheceu a abusividade e ilegalidade do movimento, que já dura 17 dias. No despacho, ele também autoriza a Petrobras a adotar “as medidas administrativas cabíveis para cumprimento da presente decisão”. Entre as medidas, diz o ministro, está a “convocação dos empregados que não atenderem ao comando judicial, com a aplicação de eventuais sanções disciplinares”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Neoenergia tem lucro recorde de R\$ 2,2 bi após IPO

Resultados foram impulsionados pelo crescimento do mercado das distribuidoras do grupo.

Em seu primeiro resultado anual após o IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações), em junho do ano passado, o grupo Neoenergia alcançou lucro líquido recorde de R\$ 2,229 bilhões em 2019. Pela primeira vez, o resultado, 45,1% superior ao apurado no ano anterior, ficou acima da casa dos R\$ 2 bilhões.

Segundo o diretor-presidente do grupo, Mario Ruiz-Tagle, os resultados do quarto trimestre de 2019 e do ano passado como um todo foram impulsionados pelo crescimento do mercado das distribuidoras do grupo, acima do crescimento estimado da economia brasileira no mesmo período, e pelo controle de custos.

“O resultado [de 2019] é, sem dúvida, histórico. Mas o fato de acontecer depois do IPO representa a coerência da mensagem que passamos para os investidores. Temos um plano de crescimento orgânico, de criação de valor, dentro de nossa área de concessão de distribuição, executando nosso plano

de construção de investimentos que tínhamos ganho na transmissão e sinalizando que continuaremos crescendo, tanto em transmissão quanto no negócio de geração renovável”, afirmou o executivo, ao **Valor**.

No último trimestre de 2019, a Neoenergia registrou lucro de R\$ 618 milhões, alta de 75% ante igual período anterior. Na mesma comparação, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) cresceu 43%, totalizando R\$ 1,513 bilhão. Considerando todo o ano de 2019, a receita líquida alcançou R\$ 27,6 bilhões, com alta de 9,4% ante o ano anterior. Na mesma comparação, o Ebitda avançou 25,6% para R\$ 5,719 bilhões.

De acordo com a empresa, no quarto trimestre do ano passado, o volume de energia distribuída somou 15,496 gigawatts-hora (GWh), com crescimento de 4,4%. Com isso, em 2019, o volume total alcançou 58.918 GWh, alta de 3,9%, na comparação com o ano anterior.

O grupo registrou em 2019 expansão líquida de 257 mil novos consumidores nas suas quatro distribuidoras: Coelba (BA), Cosern (RN), Celpe (PE) e Elektro (SP). Ao todo, a companhia tem cerca de 14 milhões de clientes.

“A economia está crescendo. Não tem aquela força que gostaríamos, mas é bem melhor do que aconteceu nos anos anteriores”, ressaltou Ruiz-Tagle

Na área de custos, as despesas com pessoal, material serviços e outros (PMSO) da Neoenergia em 2019 foi de R\$ 3,18 bilhões, com crescimento de 3% sobre o ano anterior, abaixo da inflação acumulada para o período. Desconsiderando efeitos não-recorrentes, porém, o PMSO recuou 0,2%, para R\$ 3,081 bilhões.

O resultado reforça a estratégia da Iberdrola, controladora da elétrica, com 51% da empresa, para o Brasil, considerado um dos principais mercados do grupo espanhol.

A tendência é que a Neoenergia, que investiu R\$ 4,4 bilhões em 2019, aumente o volume de investimentos para os próximos três anos. Em outubro de 2019, o presidente global da Iberdrola e presidente do conselho de administração da Neoenergia, Ignacio Galán, informou que estavam previstos investimentos de R\$ 30 bilhões no Brasil até 2023.

Outro sinal positivo para o grupo foi a divulgação na última semana do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029 do governo federal, que prevê a necessidade de investimentos de R\$ 456 bilhões para o setor de energia em dez anos. “Este é um setor que tem de continuar crescendo pelos próximos anos, sem a menor dúvida”, disse Ruiz-Tagle.

Ele também disse estar otimista em relação ao cenário macroeconômico. “A grande incerteza é a velocidade das reformas. Mas sabemos como está funcionando, concentra-se energia em uma reforma e vai em frente. Acredito que tanto o poder Executivo quanto o poder Legislativo têm tomando consciência da necessidade [das reformas], têm sabido escolher as batalhas e têm sabido escolher os líderes adequados para fazer essa reforma acontecer”.

O diretor-presidente da Neoenergia, porém, demonstrou preocupação com a área regulatória. Segundo ele, subsídios sem justificativas, ineficiências e distorções estão inflando a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - o “super encargo” do setor elétrico - cujo orçamento para 2020 alcança R\$ 22 bilhões.

Enquanto isso, ressaltou, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estuda uma redução do WACC (taxa de remuneração sobre o capital investido) para o setor de distribuição, dos atuais 8,09% para 7,17% ao ano. Segundo ele, a margem para reduzir o ganho da distribuidora na tarifa de energia já está muito apertada e corre-se o risco de diminuir investimentos na rede de distribuição.

“Onde tem que apertar [a tarifa]? O mesmo que vai conseguir ao dar um WACC que não é razoável e atrativo para o investimento é melhor fazer o trabalho onde tem gordura [para queimar]. Vai na CDE, nos encargos e tributos”, afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

BR Distribuidora e Golar

A BR Distribuidora celebrou um acordo para firmar parceria com as empresas Golar Power Brasil Participações e Golar Power Distribuidora de Gás Natural com o objetivo de desenvolver o negócio de distribuição de gás natural liquefeito (GNL) de pequena escala no país. Segundo a companhia, as partes buscarão o desenvolvimento conjunto de soluções de GNL de pequena escala em todo o país, utilizando a infraestrutura e experiências da BR Distribuidora no setor de distribuição de combustíveis e da Golar Power na indústria de GNL. A Golar Power é uma joint venture formada entre a Golar LNG e o fundo de investimentos americano Stonepeak Infrastructure Partners. Ela está presente na cadeia de GNL no Brasil há mais de dez anos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

A Eletrobras informou que a diretora de governança, riscos e conformidade, Lucia Maria Martins Casasanta, renunciou ao cargo, alegando motivos de ordem pessoal. Ela se desligará da função até o dia 30 de abril. A empresa divulgou que o candidato para cargo será selecionado por meio de lista tríplice definida por empresa especializada em seleção de executivos, conforme determinado pelo estatuto social.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Stella Fontes**Título:** Cosan vê 2020 “muito bom” para Raízen Combustíveis

Para analistas, porém, a expectativa de Ebitda de até R\$ 3 bilhões neste ano é conservadora e decepcionante

Embora analistas e investidores tenham avaliado como conservadora a estimativa de desempenho para a Raízen Combustíveis neste ano, a administração da Cosan reiterou que 2020 será “muito bom” para seu negócio de distribuição. Esse cenário estaria refletido no intervalo projetado pelo grupo para o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da operação, de R\$ 2,8 bilhões a R\$ 3 bilhões, que se compara a R\$ 2,87 bilhões em 2019.

O intervalo já não incorpora o desempenho das lojas de conveniência, que passou a ser reconhecido via equivalência patrimonial a partir da formalização da joint venture com a Femsa Comércio para explorar essa atividade. Mas os analistas insistiram que, mesmo quando excluída essa contribuição do varejo, de R\$ 70 milhões, os números frustraram expectativas - o balanço do quarto trimestre, por outro lado, foi bem recebido e classificado como “forte”.

Para os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares, do BTG Pactual, a projeção parece conservadora. O ponto médio do intervalo, ou R\$ 2,9 bilhões, implica expansão só de 1% e está 7% abaixo do projetado pelo banco se considerados os ajustes do negócio de conveniência. Para Regis Cardoso, do Credit Suisse, a previsão de resultado em 2020 foi “decepcionante”.

De acordo com o gerente-executivo de Relações com Investidores da Cosan, Phillipe Casale, a expectativa para a Raízen Combustíveis é a de cenário bastante parecido com o de 2019, “com desafios e oportunidades” relacionados à volatilidade dos preços. “A demanda [de combustíveis] deve andar com o PIB e crescer 3%”, afirmou, referindo-se à expectativa de expansão para os volumes da distribuidora. “Estamos prevendo um ano bastante bom para a Raízen Combustíveis”, afirmou.

Neste ano, o foco da Raízen Conveniências estará em acelerar a abertura de lojas em postos, usando o modelo tradicional de franquias com a marca

Select, em paralelo ao desenvolvimento de lojas de proximidade com a bandeira Oxxo, da Femsa. Em três anos, a meta das sócias é abrir 500 lojas com as marcas Select e Oxxo.

Questionado sobre a participação de mercado da Raízen Combustíveis, o executivo afirmou que, nos últimos anos, a distribuidora tem registrado desempenho melhor que o restante da indústria, de forma que sua base de comparação é diferente. A melhora das condições de mercado e o crescimento do PIB em 2020, acrescentou, devem resultar em aumento dos volumes vendidos.

Em relação a estoques, comentou que “a volatilidade trará oportunidades”. “Somos capazes de navegar em qualquer cenário”, disse, sem entrar em detalhes da estratégia da distribuidora. “Ganhos com importação também fazem parte do jogo, então precisamos investir para ter capacidade nessa frente”, disse.

Conforme Casale, a expectativa de melhora da economia e o novo patamar do custo de capital no país devem contribuir para expansão em todas as linhas de negócio do grupo em 2020. Na Raízen Argentina, a instabilidade econômica deve continuar afetando as operações e a Moove, de lubrificantes, deve ter novo crescimento do Ebitda, impulsionado pelo melhor desempenho e aceleração das operações internacionais.

No ano passado, os resultados da Comgás e da Moove ficaram levemente acima do projetado, impulsionados principalmente pelo quarto trimestre. “Todos os negócios mostraram em 2019 a capacidade de navegar em diferentes cenários”, afirmou. Na Raízen Combustíveis, maior negócio do grupo, o segundo semestre foi marcado pela melhora gradual da demanda de combustíveis, com crescimento de 4% do mercado segundo dados da ANP no quarto trimestre, contra 5% de expansão da empresa, acima da média do mercado. “No ciclo Otto, a expansão foi de 6%, com destaque para as vendas de gasolina, que vem crescendo desde o último trimestre”, disse Casale, acrescentando que as vendas de etanol também seguem fortes.

No trimestre, a Cosan teve receita de R\$ 19,4 bilhões, com expansão de 12,9% na comparação anual, e Ebitda ajustado de R\$ 1,4 bilhão, baixa de 7,5%. O lucro líquido recuou 46%, a R\$ 392 milhões.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 18/02/2020**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** PAINEL: Camila Mattoso

Sem gás

Apesar do protesto realizado no Porto de Santos e de um início de alvoroço nas redes sociais, autoridades disseram nesta segunda (17) não ter nenhum tipo de informação sobre a organização de uma greve de caminhoneiros. A mobilização no litoral paulista foi classificada como um episódio pontual, sem reverberação. Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e secretarias estaduais de segurança disseram não ter recebido nenhum tipo de alerta, nem em seus canais de inteligência.

Invisível

Em 2018, a paralisação do setor durou dez dias e pegou o Palácio do Planalto de surpresa. A principal dificuldade naquele ano foi a de identificar as lideranças.

Vela

O receio com uma greve ganhou força principalmente no início do mês, quando Jair Bolsonaro culpou os estados pelo alto preço dos combustíveis. Governadores têm sido alvo de reclamações nas redes sociais, cobrados pela redução de impostos.

Dr

Mobilizados desde então, os chefes dos estados ainda dizem aguardar uma retratação sobre as bravatas do presidente em relação ao ICMS. Nesta segunda, eles tentavam chegar a um acordo para fazer uma proposta de audiência com Bolsonaro.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 18/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Cátia Seabra e Nicola Pamplona**Título:** Manchete: Greve de petroleiros atrai oposição e caminhoneiros

Oposição quer usar greve na Petrobras contra privatizações

Apesar de decisões judiciais contrárias, paralisação já tem cerca de 21 mil adesões.

Rio de Janeiro- Em sua segunda semana, a greve dos petroleiros vem angariando apoio de partidos de oposição, que esperam que o movimento sirva de estopim para outras mobilizações contra o programa de privatizações do governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

A greve chegou ao seu 17º dia nesta segunda-feira (17) e, segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), já tem a adesão de 21 mil empregados. Há mobilizações em 121 unidades da estatal, entre plataformas de produção de petróleo, refinarias e terminais.

Nesta segunda, o ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Ives Gandra decretou ilegal a greve dos petroleiros. A Petrobras diz ter solicitado que seus empregados voltem às suas atribuições imediatamente. Os sindicatos disseram que ainda não foram notificados.

Gandra estabelece multas entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil em caso de descumprimento da ordem de suspender a greve. Ele já havia dado decisões semelhantes desde o início da mobilização, mas as ordens não foram cumpridas.

A categoria pede a suspensão de quase mil demissões (396 próprios e 600 terceirizados) com o fechamento da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados, no Paraná, e protesta contra mudanças em temas como troca de turno e pagamento de horas extras que, segundo eles, foram definidos sem negociação prevista no acordo coletivo.

O pano de fundo, porém, é o programa de venda de ativos iniciado no governo Dilma Rousseff (PT) e reforçado por Bolsonaro. “Entendemos [que o processo de demissões no Paraná] é um balão de ensaio, um teste para o

modelo a ser aplicado nas refinarias”, diz o diretor da FUP Deyvid Bacelar, uma das lideranças dos petroleiros.

Com o apoio à maior greve dos petroleiros desde a paralisação de 32 dias em 1995, a expectativa da oposição é que o movimento contra as privatizações ganhe força após o Carnaval.

“A política de deliberada destruição da Petrobras só interessa aos concorrentes estrangeiros da empresa e aos inimigos do desenvolvimento soberano do Brasil”, disse o PT em nota de apoio aos petroleiros divulgada nesta segunda.

Em transmissão ao vivo pela internet, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, disse que “quem quer um Brasil democrático, que tem soberania popular, tem a obrigação de apoiar e se manifestar em favor da greve”. Nesta terça (18), a bancada petista definirá, com o ex-presidente Lula, estratégias de ampliação do movimento.

Candidato à presidência pelo PSOL nas últimas eleições, o coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) Guilherme Boulos, estará nesta quarta (19) em ato em frente à sede da estatal, onde um grupo de trabalhadores faz vigília desde o início da greve.

Segundo ele, a oposição enfrentou no ano passado dificuldade para fazer grandes mobilizações, fato que relaciona à “perplexidade” diante do novo governo. Por isso, diz, o ato desta quarta é simbólico. “Virou um grande movimento em defesa da Petrobras.”

“Jamais nos afastaremos de defender a Petrobras, seus trabalhadores e os interesses da pátria”, disse o presidente do PDT, Carlos Lupi, que classifica a venda de ativos da empresa como “crimes de lesapátria”.

A direção da estatal classifica a greve como política e vem tentando suspender o movimento na Justiça. Em decisões recentes, o TST determinou que os petroleiros garantam um efetivo mínimo de 90% do pessoal necessário em cada unidade e aplicou multas aos sindicatos.

O tribunal já declarou que é inviável transferir trabalhadores da fábrica do Paraná para outras unidades, já que não foram contratados por concurso — a Araucária Nitrogenados foi adquirida da Vale, em 2012. Ives Gandra condicionou a abertura de um processo de mediação à suspensão da greve.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) as 58 plataformas em greve listadas pela FUP produziram, em dezembro, 1,4 milhão de barris de petróleo por dia. Entre as refinarias, todas as 11 grandes unidades do país aderiram à greve, diz a FUP

A Petrobras não comenta esses números. Diz, porém, que a produção não foi afetada e que nenhuma unidade teve adesão total à paralisação.

A empresa opera com equipes de contingência, formadas por empregados que têm cargo de confiança, aposentados, trabalhadores terceirizados e, segundo a companhia, e empregados que não aderiram à greve.

Executivos do setor de combustíveis ouvidos pela Folha dizem que não há relatos de problemas de abastecimento.

Na semana passada a ANP enviou ofício ao TST alertando para o risco de problemas caso a paralisação se estenda por mais tempo. Bacelar, da FUP, diz que a categoria não está disposta a ceder.

Além do combate à privatização, os petroleiros têm reforçado críticas contra a política de preços dos combustíveis, tema que também entrou no radar do governo Bolsonaro diante do aumento de questionamentos em redes sociais.

A bandeira dos combustíveis uniu nesta segunda petroleiros e caminhoneiros, que em geral apoiam Bolsonaro, em protesto em Santos contra o preço do diesel e o novo zoneamento do porto de Santos (leia na pág. A12).

Na semana passada, os grevistas fizeram campanhas de venda de combustíveis “a preços justos” para angariar apoio. Também ofereceram botijões de gás por R\$ 35 a R\$ 40 em diversos estados. Em Macaé, ofereceram a motoristas vouchers de R\$ 20 para comprar gasolina.

A busca por apoio popular é vista como fundamental para uma categoria que encerrou sua maior paralisação, que durou 32 dias em 1995, em meio a protestos por problemas de abastecimento — e acusada de fazer vista grossa para os crimes de corrupção investigados pela Operação Lava Jato.

“A sociedade brasileira entendeu que os preços dos combustíveis são abusivos”, diz Bacellar, que faz parte da “comissão permanente de

negociação” que ocupa há 18 dias uma sala de reuniões no edifício sede da Petrobras. Segundo ele, até agora não houve conversas com a empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Greve dos petroleiros é ilegal e abusiva, diz TST

Trabalhadores entram hoje no décimo oitavo dia de paralisação contra demissões no Paraná; estatal já havia decidido cancelar férias

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra considerou ilegal e abusiva a greve dos petroleiros, iniciada no primeiro dia deste mês, e liberou a Petrobrás a aplicar “eventuais sanções disciplinares”. A decisão liberada ontem atende pedido da direção da estatal, com o argumento de que os grevistas não estão cumprindo determinação judicial anterior de que mantenham um contingente mínimo de 90% nas unidades operacionais. Em sua decisão, o ministro afirma que a paralisação liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) “tem motivação política, e desrespeita ostensivamente a lei de greve e as ordens judiciais de atendimento às necessidades inadiáveis da população em seus percentuais mínimos de manutenção de trabalhadores em atividade”.

O ministro ainda manteve a cobrança de multas diárias de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil aos sindicatos envolvidos na paralisação. Os valores variam de acordo com o porte das entidades. Em sua decisão, Gandra também inclui dois sindicatos entre os passíveis de punição – o que abrange Sergipe e Alagoas e outro que reúne Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá. A FUP, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que ainda não foi notificada. Férias. Antes da decisão do TST, a direção da Petrobrás já havia decidido suspender as férias de alguns funcionários de áreas operacionais para fazer frente à greve dos petroleiros, que hoje completa 18 dias.

A medida afeta empregados com férias marcadas para a primeira quinzena de março que atuam na exploração e produção de petróleo e gás natural, em refinarias, unidades de tratamento de gás, termoelétricas e no setor administrativo de apoio a essas atividades. A greve liderada pela FUP protesta, principalmente, contra a demissão de pelo menos 396 empregados da Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, subsidiária da

Petrobrás. A entidade sindical alega também que a direção da estatal não cumpriu alguns pontos do acordo coletivo selado com os trabalhadores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/02/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Eloi Fernández Y Fernández: Para desenvolver o mercado de gás natural

O atual governo tem apostado no potencial do gás do pré-sal para a redução do custo da energia no Brasil. Para o ministro Paulo Guedes, a retomada do crescimento sustentável passa pela reindustrialização do país, a partir do aumento da competitividade do Gás Natural (GN) ofertado às indústrias intensivas em energia. Acredita-se que o grande crescimento da produção de gás resultará em preços mais baixos devido à competição entre os produtores.

Não resta dúvida de que a produção de gás nacional vai crescer de forma acelerada. Somente no pré-sal, esta produção deve saltar de 73 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/dia) atualmente para 130 MMm³/ dia em 2030. Inclusive, se considerarmos o potencial inexplorado do pré-sal, a oferta potencial de gás poderá atingir patamares bem superiores aos volumes supracitados. Entretanto, existem grandes desafios para que esta produção se transforme em oferta de gás ao mercado.

O gás do pré-sal é associado ao petróleo, e os produtores têm a alternativa de reinjetar o gás nos próprios campos. Para não fazê-lo, as empresas precisam investir o equivalente a US\$ 2,5 bilhões para cada rota (20 MM m³/dia) de escoamento de gás. Elas, porém, precisam de garantias de mercado antes de aprovar investimentos desta magnitude. Na ausência de um mercado claro, a decisão de reinjeção é a única alternativa. Então, é crucial destravar e organizar o mercado de gás natural para criar a alternativa da oferta comercial do gás.

O país precisa desenvolver projetos âncora para viabilizar novas rotas do pré-sal. São os contratos de compra dos projetos âncora que podem viabilizar os vultosos investimentos na infraestrutura para monetizar o gás.

A geração termelétrica é a âncora natural para viabilizar a expansão da oferta de gás, mas as térmicas só podem dar garantias firme de compra se ganharem o leilão de contratação de energia organizado pela Aneel. Neste caso, o cronograma de desenvolvimento do projeto petrolífero fica à mercê do cronograma e do resultado dos leilões.

Mesmo que ocorra uma sincronização dos processos de decisão, existe um grande risco associado ao atraso na execução dos projetos. Esse risco é uma grande desvantagem para a opção de venda de gás quando comparada à reinjeção.

Através de políticas adequadas, é possível promover o aproveitamento comercial de parcela importante da produção do pré-sal no mercado doméstico e também para exportação. Assim, a criação de terminais costeiros de usos múltiplos, envolvendo diferentes atividades, pode ser uma alternativa inovadora. Principalmente quando se leva em conta que esse volume de gás vai gerar um novo mercado onde sua competitividade será um fator determinante para estimular o consumo industrial.

Finalmente, ressalta-se que os projetos de exploração e produção do setor de petróleo do pré-sal se viabilizam com a produção do óleo e que o GN associado se condiciona à lógica técnico-econômica da produção desse óleo e que a sua oferta deve ser condicionada a uma demanda firme que seja base de sustentação de um mercado consumidor interno. Ou, inevitavelmente, deverão ser buscadas novas alternativas econômicas, entre as quais a reinjeção, que hoje já aponta para volumes que representam 80% da atual disponibilidade interna de GN, em novembro de 2019.

MME / ASCOM